

Violência jurídica

Alberto LIMA, manobetogoes@yahoo.com.br; **Alexandro AMBRÓSIO**; **Leandro SANTOS**; **Ronie MARTINS**

1. Graduandos do 3º período do curso de Direito da Faculdade Novos Horizontes, Belo Horizonte (MG).

RESUMO: Discute a violência e suas espécies com foco na omissão estatal frente a não regulamentação de uma legislação sobre o direito de greve dos servidores públicos previsto no art. 37, VII da Constituição Federal e demonstra que essa ausência legislativa configura uma violência contra o cidadão. Ainda aborda, de forma superficial, as várias consequências que podem advir da falta de uma norma regulamentadora de determinado preceito constitucional.

Palavras-chave: violência jurídica, omissão estatal, norma, eficácia, legislativo.

ABSTRACT: Legal violence. It discusses violence and its species with a focus on state failure in face to deregulation of legislation on the right to strike of public servants referred to in article 37, VII of the Federal Constitution and demonstrates that this legislative absence constitutes violence against the citizen. It still approaches, superficially, the various consequences that can come from the lack of a regulatory norm of particular constitutional provision.

Keywords: legal violence, state failure, standard efficiency, legislative.

RESUMEN: La violencia legal. Se discute la violencia y sus especies con un enfoque en el fracaso del Estado en la cara a la desregulación de la legislación sobre el derecho de huelga de los funcionarios públicos a que se refiere el artículo 37, VII de la Constitución Federal y demuestra que esta ausencia legislativa constituye violencia contra los ciudadanos. Todavía se acerca, superficialmente, las diversas consecuencias que pueden venir de la falta de una norma reguladora de especial disposición constitucional.

Palabras clave: violencia legal, fracaso del Estado, eficiencia estándar, legislativo.

Introdução

Convive-se diariamente com os noticiários policiais que retratam fatos ocorridos no cotidiano como assassinatos, roubos, desmatamentos, maus tratos a animais, dentre inúmeras outras formas que a violência possa assumir. As espécies de violência mais comumente conhecidas são violência física (a mais abrangente), violência sexual, violência psicológica, violência contra idosos e contra animais.

A respeito do conceito de violência, segundo o dicionário Aurélio, violência é a “qualidade de violento, ato violento, ato de violentar, constrangimento físico ou moral, uso da força, coação” (2004, p. 2065). E ainda diz que violação é uma “ofensa ao direito alheio” (FERREIRA, 2004, p. 2065), termo bastante usado por Canotilho para se referir à omissão estatal.

Para De Plácido e Silva, tem-se que, “em regra, a violência resulta da ação, ou da força irresistível, praticadas na intenção de um objetivo, que não se teria sem ela” (1999, p. 868). Segundo este princípio, violência significa produzir um resultado que contraria a ordem natural das coisas.

Já segundo o dicionário Houaiss, a violência é:

Qualidade do que é violento, ação ou efeito de empregar força física ou intimidação moral. Exercício injusto ou discricionário, ilegal, de força ou de poder. Constrangimento físico ou moral exercido sobre alguém para obrigá-lo a submeter-se a vontade de outrem, coação, cerceamento da justiça e do direito (2009, p. 1948).

Devido a abrangência do tema, optou-se por abordar a violência no âmbito político (omissão estatal), baseado na doutrina (SILVA, 2002; LENZA, 2009; CANOTILHO, 1993; MENDES, 2010; FERNANDES, 2011), tendo assim recebido a denominação de violência jurídica. Para tanto, faz-se necessário entender o que é o princípio da dignidade da pessoa humana, analisando sua relação com a violência, para, por fim, entender por que a omissão estatal é considerada uma violência, ferindo assim esse princípio basilar do Estado brasileiro.

I – Conceitos de dignidade da pessoa humana

O ministro Gilmar Mendes afirma que o elemento que concretiza os direitos fundamentais é o princípio da dignidade da pessoa humana, que está previsto no ápice da Constituição de 1988, (art. 1º, III), que dispõe que será respeitada a dignidade do indivíduo cujos direitos fundamentais devem ser observados e realizados. Segundo Mendes, “a definição dos direitos individuais pode dar ensejo, muitas vezes, a uma série de conflitos com outros direitos constitucionalmente protegidos” (2010, p. 373).

O que se pode perceber é que, em alguns momentos, os direitos (fundamentais, individuais e coletivos) podem se sobrepor e, neste momento, surge uma questão pragmática: qual direito deve ser aplicado? Ou qual direito deve ser garantido? Mendes, com ampla experiência nos julgados do STF, diz que:

Em relação ao âmbito de proteção de determinado direito individual, faz-se mister que se identifique não só o objeto de proteção, que efetivamente é protegido, mas também contra que tipo de agressão ou restrição se outorga essa proteção. Não integraria ao âmbito de proteção qualquer assertiva relacionada com a possibilidade de limitação ou restrição a determinado direito (2010, p. 374).

Consoante o autor, tudo isso demonstra que a identificação precisa do âmbito de proteção de determinado direito fundamental exige um renovado e constante esforço hermenêutico (2010, p. 377).

Sendo assim, deve-se analisar a singularidade e a individualidade de cada pessoa, funcionando como um super princípio e como uma norma dotada de maior importância e hierarquia que as demais, que funcionaria como elemento de comunhão entre o direito e a moral (FERNANDES, 2011, p. 221). Dessa forma, analisando cada caso em sua singularidade, verifica-se que ao se ter

negado determinado direito a um cidadão, tem-se configurada uma violação em seus direitos fundamentais e, conseqüentemente, violando a sua dignidade.

Desta feita, o princípio da dignidade da pessoa humana é o maior primado do Estado brasileiro caracterizando-o como democrático de direito, justamente por trazer em seu bojo um rol exaustivo de direito e garantias fundamentais.

Pode-se depreender, portanto, que o desrespeito a tais direitos fundamentais consagrados na Constituição configura uma violência denominada violência jurídica, contra a qual existem remédios constitucionais cabíveis discutidos a seguir.

II – Omissão legislativa e sua respectiva medida judicial

2.1 – Mandado de injunção: conceito e hipóteses de cabimento

O mandado de injunção é um remédio constitucional consagrado no art. 5º da nossa Constituição e deve ser respeitado pelo legislador infraconstitucional, pois tem-se aqui o princípio da supremacia da Constituição, a Norma Fundamental segundo Hans Kelsen (1986, p. 329).

De acordo com Gilmar Mendes:

O art. 5º, LXXI, da Constituição previu, expressamente, a concessão do mandato de injunção sempre que a falta de norma reguladora tornar inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania (2010, p. 137).

Cuida-se de instrumento do processo constitucional voltado para a defesa de direitos subjetivos em face de omissão do legislador ou de outro órgão incumbido de poder regulatório. O mandado de injunção exige para a sua impetração a falta de norma regulamentadora que torne inviável o exercício de direito subjetivo do impetrante. Assim, como cita Mendes:

A Constituição de 1988 introduziu, ao lado do instrumento do mandado de injunção, destinado à defesa de direitos individuais contra a omissão do ente legiferante, um sistema de controle abstrato da omissão (art. 103, parágrafo 2º, Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão) (2010, p. 642).

O autor finaliza dizendo que após ser reconhecida a procedência da ação, deve o órgão legislativo competente ser informado da decisão para as providências cabíveis. Caso trate de órgão administrativo, estará ele obrigado a preencher a lacuna no prazo de trinta dias (2010, p. 138).

Segundo Pedro Lenza, são dois requisitos constitucionais para o mandado de injunção:

Norma constitucional de eficácia limitada, prescrevendo direitos, liberdades constitucionais e prerrogativas inerentes à nacionalidade, soberania e cidadania.

Falta de norma regulamentadora, tornando inviável o exercício dos direitos, liberdades e das prerrogativas acima mencionadas (omissão do Poder Público) (2007, p. 763).

Lenza finaliza afirmando que qualquer pessoa poderá ajuizar o mandado de injunção, quando a falta de norma regulamentadora estiver inviabilizando o exercício de direitos, liberdades e prerrogativas inerentes à nacionalidade, soberania e cidadania. Tem-se, assim, que a inconstitucionalidade por omissão decorre da inércia legislativa na regulamentação das normas de eficácia limitada, também chamada de diferida (LENZA, 2007).

2.2 – Normas constitucionais de eficácia limitada

Em razão dos requisitos constitucionais para se impetrar o mandado de injunção, mencionados no tópico anterior, cabe esclarecer o que é norma de eficácia limitada. Dentre os muitos direitos, ou normas, que nasceram com a Constituição de 1988, muitas já foram regulamentadas, como a ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental) prevista no art. 102, §1º e regulamentada pela Lei 9882/99 e o Habeas Data previsto no art. 5º, LXII da CF/88 e regulamentada pela Lei n. 9.507/97. Entretanto ainda restam algumas normas que não foram devidamente reguladas pelo legislador infraconstitucional, configurando assim a violência jurídica.

No que toca à eficácia das normas constitucionais, tem-se a teoria desenvolvida no Brasil pelo doutrinador José Afonso da Silva que debate a definição de que em uma Constituição não se teriam normas não auto aplicáveis. O ponto da teoria defende que todas as normas constitucionais são dotadas de aplicabilidade, pois todas as normas constitucionais teriam eficácia jurídica.

A teoria desenvolvida por Silva, no que diz respeito às normas constitucionais e sua eficácia jurídica, é classificada em normas constitucionais de eficácia plena, normas constitucionais de eficácia contida e normas

constitucionais de eficácia limitada (FERNANDES, 2011, p. 82), a qual se ateuve neste estudo.

As normas constitucionais de eficácia limitada não reúnem todos os elementos necessários para a produção de todos os efeitos jurídicos. São normas que possuem aplicabilidade apenas indireta ou mediata. Essas normas precisam de regulamentação para produzir todos os efeitos jurídicos que delas se esperam só tendo a aplicabilidade direta e imediata se forem reguladas, completadas pelo legislador infraconstitucional (FERNANDES, 2011, p. 82).

Nesse mesmo sentido, Lenza afirma que:

Normas de eficácia limitada são aquelas que, de imediato, no momento em que a constituição é promulgada, não têm o condão de produzir todos os seus efeitos, precisando de uma lei integrativa infraconstitucional. São, portanto, de aplicabilidade mediata e reduzida, ou, segundo alguns autores, aplicabilidade diferida (2007, p. 137-138).

Nesta mesma linha de raciocínio, José Afonso da Silva entende também que as normas constitucionais de eficácia limitada produzem um mínimo efeito, ou, ao menos, o efeito de vincular o legislador infraconstitucional aos seus vetores (2006). Para Canotilho, “enquanto a inconstitucionalidade por ação pressupõe a existência de normas inconstitucionais, a inconstitucionalidade por omissão pressupõe a ‘violação da lei constitucional pelo silêncio legislativo’(violação por omissão)” (1993, p. 982).

2. 3 – Síndrome da inefetividade das normas constitucionais: a violência jurídica

É neste cenário de omissões por parte do Estado em regulamentar normas constitucionais originárias que pode surgir a chamada Síndrome da Inefetividade das Normas Constitucionais. Quando, em sede de norma constitucional de eficácia limitada, o legislador ordinário não cumpre o seu papel de regulamentar a norma constitucional, conferindo-lhe aplicabilidade e efetividade social, tal preceito se torna ineficaz. Trata-se de conceito adotado Ministro Gilmar Mendes que corresponde fielmente ao entendimento do STF.

No ordenamento jurídico brasileiro, há dois remédios para este problema:

ADI omissiva: destina-se a tornar efetiva a norma constitucional que dependa de complementação

infraconstitucional (CANOTILHO, 1993).

Mandado de injunção: visa suprir a falta de uma norma regulamentadora que torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania (art. 5º, LXXI, CF/88).

No entendimento de Canotilho, o constituinte originário reconhece no texto constitucional que também a omissão decorrente da inércia do legislador ordinário em regulamentar as normas constitucionais indispensáveis à sua eficácia e aplicabilidade, constitui-se em desrespeito à constituição, sendo tal inércia, dessa maneira, passível de apreciação pelo Poder Judiciário (CANOTILHO, 1993).

A principal diferença entre tais institutos se relaciona com a existência ou não de um direito concreto que deixa de ser exercido pelo indivíduo, em razão, exatamente, da ausência da norma infraconstitucional. Na primeira hipótese, ou seja, quando o cidadão deixa de exercer um direito em virtude da falta da norma, abre-se espaço para o mandado de injunção. Por outro lado, quando a omissão permanece na esfera abstrata, o remédio cabível é a ação direta de inconstitucionalidade por omissão.

Assim, o Estado tem a responsabilidade civil, ou seja, ele tem a obrigação de reparar decorrente do fato de alguém por ação ou omissão ou ainda por culpa (violação de dever de cuidado por negligência, imperícia ou imprudência) praticar ato ilícito (violação da norma ou de um contrato) causando dano moral e/ou material a alguém. Dessa forma, o próprio Estado deve se responsabilizar por sua omissão em garantir direitos à população, pois, como se vê, acaba gerando violência jurídica.

Com relação a esse comportamento negativo por parte do Estado, Lenza afirma que:

Desta forma, assim como a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão, o mandado de injunção surge para uma ‘curar’ uma ‘doença’ denominada Síndrome da Inefetividade das Normas Constitucionais (2007, p. 763).

Sendo assim, a Constituição brasileira passa por uma crise de inefetividade, em que direitos previamente estabelecidos pelo constituinte originário padecem de regulamentação infraconstitucional, gerando insatisfação e uma sensação de estar desassistido pelo poder público.

III – Dignidade da pessoa humana *versus* direito de greve

Depois de apresentada a definição de dignidade da pessoa humana com base na doutrina mencionada nos tópicos anteriores, e diante da omissão estatal frente às normas de eficácia limitada, passa-se à discussão de ambos direitos, analisando se a omissão legislativa quanto ao direito de greve dos servidores públicos fere o princípio da dignidade da pessoa humana, consagrado no art. 1º, III da CF/88.

Quando ocorreu a promulgação da Constituição em 1988, a mesma trouxe um hal de direitos e garantias fundamentais, sendo que, dentre eles, o constituinte inseriu o art. 9º, que diz o seguinte:

Art. 9.º É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.
§ 1.º A lei definirá os serviços ou atividades essenciais e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.
§ 2.º Os abusos cometidos sujeitam os responsáveis às penas da lei.

Este dispositivo constitucional não define em momento algum à qual classe de trabalhadores ela se dirige, garantindo-se aos trabalhadores em geral o direito à greve. O referido artigo está inserido no Capítulo II (que cuida dos direitos sociais) do Título II da Constituição Federal, que traz os direitos e garantias fundamentais.

Dessa forma, ao lado do direito fundamental ao trabalho, insere-se o direito de greve, conquista histórica dos trabalhadores, na medida em que permite a necessária movimentação e articulação do trabalhador em busca de melhores condições de trabalho garantindo-se a dignidade da pessoa humana, maior primado do Estado Brasileiro.

A lei a que o parágrafo 1º do art. 9º da CF/88 se refere é a Lei n. 7.783, de 28/6/1989, que trata do direito de greve na esfera privada que se exime de regulamentar a greve do funcionalismo ao dispor em seu art. 16 que “para os fins previstos no artigo 37, inciso VII, da Constituição, lei complementar definirá os termos e os limites em que o direito de greve poderá ser exercido” (art.16, Lei n. 7.783/89).

De fato o art. 37, VII da CF/88 afirma:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e

dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

VII – o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica.

O referido artigo está inserido no capítulo da Constituição que cuida da Administração Pública (Capítulo VII, do Título III). Este tratamento diferenciado decorre do regime jurídico diferenciado que se dispensa ao serviço público, que sempre deve atender aos interesses da coletividade garantindo o princípio da continuidade do Serviço Público, lembrando que tal diferenciação entre trabalhadores da iniciativa privada e servidores públicos, não lhes pode impor violação a direitos fundamentais uma vez que todos são trabalhadores.

Dessa feita, tem-se a inconstitucionalidade por omissão total ou absoluta, uma vez que é uma norma constitucional que aguarda total regulamentação pelo legislador infraconstitucional, tendo sido portanto, inviabilizado o seu exercício pelo funcionalismo público (LENZA, 2006, p. 246).

Reza o inciso VII do art. 170 da CF/88: “A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios; VIII - busca do pleno emprego”.

Portanto, para se ter uma existência digna, pautada pelo exercício digno de uma função, deve-se garantir ao trabalhador (servidor público) condições suficientes para isso. Entretanto, no momento que ele se sentir prejudicado ou desassistido, que lhe seja garantido o livre exercício da greve (nos termos da lei) a fim de reivindicar melhores condições de trabalho, salário digno compatível com a atividade desempenhada, sem prejudicar toda a coletividade que depende de seus serviços.

Para a administrativista Maria Sylvia Zanella Di Pietro, serviço público é:

Toda atividade material que a lei atribui ao Estado para que exerça diretamente ou por meio de seus delegados, com o objetivo de satisfazer concretamente as necessidades coletivas, sob regime jurídico total ou parcialmente público (2005, p. 99).

Sendo assim, conclui-se que uma das principais características do serviço público, que o diferencia do serviço prestado pelo particular, é a sua finalidade precípua de satisfazer as necessidades coletivas, dessa forma, a greve de servidores públicos civis pode vir a comprometer, além da continuidade do

serviço público, a estabilidade da população, pondo em risco não apenas os serviços prestados, mas também a segurança de toda a população. Nas palavras de Diógenes Gasparini “os serviços públicos não podem parar porque não param os anseios da coletividade” (GASPARINI, 2006, p. 17).

Ao contrapor o direito de greve dos servidores públicos civis com o direito da população ao livre acesso e usufruto dos serviços públicos, ambos garantidos constitucionalmente, deve-se relativizar a fim de se garantir a ambos o exercício de suas prerrogativas suplantando assim a Síndrome da ineficiência das normas constitucionais.

É justamente a ausência dessa norma infraconstitucional garantidora do direito previsto constitucionalmente que ofende o funcionário público, configurando assim a chamada violência jurídica que não permite ao trabalhador exercer um direito fundamental garantido, violando o princípio da dignidade da pessoa humana, pois o trabalhador não se sente amparado pelo Estado que fica inerte diante das exigências dos trabalhadores.

Nesse sentido, o Estado não pode se valer do princípio da reserva do possível, pois, não lhe é dada a discricionariedade de legislar ou não, cabendo-lhe tão somente fazer valer um direito que o constituinte originário estabeleceu, estabelecendo limites do seu exercício bem como as condições em que se poderá manifestar o direito de greve.

No momento em que ocorre a omissão do legislativo, tem-se na verdade uma sucessão de violências. A primeira violência que ocorre é a jurídica quando a norma constitucional originária nasce com a Constituição de 1988 e permanece limitada, aguardando regulamentação infraconstitucional.

Devido a esta inércia, o funcionalismo público entra em greve a fim de reivindicar seus direitos trabalhistas, interrompendo a prestação de serviços públicos essenciais como o fornecimento de água, luz, combustíveis, gás, transporte coletivo, serviços bancários entre outros (art. 10, Lei n. 7.783/89). Isto viola a continuidade do serviço público gerando insatisfação, transtornos, assaltos e prisões, configurando assim a violência generalizada, ocorrendo muitas vezes, mortes de grevistas. Tudo isso nasceu de uma omissão do Estado em simplesmente regulamentar uma lei, dessa forma, tem-se que vários tipos de violência decorreram de apenas uma inicial, a “violência jurídica”.

IV – Análise do MI-670

Após exaurir as abordagens referentes às omissões estatais, o princípio da dignidade da pessoa humana e a violência jurídica à luz do ordenamento jurídico brasileiro, passa-se à análise de um caso concreto em que houve a

violação do exercício do direito de greve gerando repercussão no Supremo Tribunal Federal.

O presente Mandato de Injunção que versa sobre a garantia fundamental (CF, art. 5º, inciso LXXI) impetrado pelo Sindicato dos Servidores Policiais Cíveis do Estado do Espírito Santo (SINDPOL) ao Congresso Nacional busca suprir a falta de uma norma regulamentadora para legislar sobre o direito de greve dos servidores públicos civis (CF, art.37, VII, CF/88).

Segue a decisão prolatada pelo Supremo Tribunal Federal no exercício da competência conferida pelo art.102, I, “q” da CF/88:

Onde será apreciada a definição de parâmetros de competência constitucional para apreciação no âmbito da justiça federal e da justiça estadual até a edição da legislação específica pertinente, nos termos do art.37, VII, da CF/88 em observância aos ditames da segurança jurídica e à evolução jurisprudencial na interpretação da omissão legislativa sobre o direito de greve dos servidores públicos civis, onde visa a fixação do prazo de 60(sessenta) dias para que o Congresso Nacional legisle sobre a matéria, e que por este Mandato de Injunção seja deferido a determinação à aplicação das leis n. 7.701/10988 e 7.783/1989 (MI / 370-9, p. 1).

O tema que versa sobre a existência, ou não, de omissão legislativa ao que rege os limites, condições e as definições de possibilidades para o exercício de greve dos servidores públicos civis, já foi apreciado várias vezes pelo Supremo Tribunal Federal em alguns precedentes (em especial, no voto do Min. Carlos Velloso , proferido no julgamento do MI Nº 631/MS), sugeriu-se a aplicação aos servidores públicos civis da Lei n. 7.783/89(MI/670-9, p. 2).

Segundo o próprio STF, já foi declarada por diversas vezes a hipótese de omissão legislativa inconstitucional, a falta de norma regulamentadora do direito de greve dos servidores públicos civis, em que se viu legítima a aplicação do direito comparado, ou seja, aplicação de alternativas normativas e institucionais, visando superar a situação de omissão (MI 670/9, p. 2).

O art. 4º do LINDB (Decreto Lei n. 4.657/42) determina que “quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito”.

Dessa forma, caso não haja uma lei para aplicação no caso concreto poderá se aplicar uma lei equivalente para preencher possíveis lacunas que possam haver no ordenamento jurídico. Baseado nisso que o STF aplicou, no referido, caso a lei 7.783/89 que regulamenta a greve no setor privado.

A permanência da situação de não regulamentação do direito de greve dos servidores públicos civis têm favorecido que o legítimo exercício de direitos constitucionais seja afastado por uma verdadeira lei da selva (MI 670/9, p. 3).

Esta omissão legislativa faz com que o Poder Judiciário evoque para si os riscos de consolidar-se uma típica omissão judicial, e para sanar este problema admite-se que o Poder Judiciário adote medidas normativas como alternativa legítima de superar a omissão inconstitucional, sem que isso se configure ofensa ao modelo de separação dos poderes consagrado no art. 2º da Constituição (MI 670/9, p. 3).

Não cabe ao Poder Legislativo a última palavra acerca da concessão, ou não, do direito de greve dos servidores públicos civis, sob pena de esvaziar o direito fundamental positivado na CF/88 (MI 670/9, p. 3).

Não se outorga ao poder legislador qualquer poder discricionário quanto à edição, ou não de lei disciplinadora do direito de greve. O legislador poderia adotar um modelo, mais ou menos rígido, mais ou menos restritivo do direito de greve no âmbito do serviço público, mas não deixar de reconhecer direito previamente reconhecido pela Constituição Federal de 1988. . (MI 670/9, pág.4) Neste caso de omissão legislativa caberia aplicar a Lei nº 7.783/1989 enquanto a omissão não for devidamente regulamentada por lei específica que legisle sobre a greve dos servidores públicos civis de acordo com o CF, art. 37, VII (MI 670/9, p. 4).

O processo e o julgamento de eventuais dissídios de greve que envolvam servidores públicos civis devem ser regidos pelo remígio celestista, ou seja, nos termos da regulamentação da Lei n. 7.873/1989 e aplicação complementar da Lei n. 7.701/1988 no que visa a atividades consideradas necessidades inadiáveis da comunidade que se não atendidas coloquem em perigo eminente a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população (MI 670/9, p. 5).

V – Acórdão

Após a discussão a respeito do mandado de injunção pelos Ministros do STF, foi proferido o acórdão com a decisão a ser aplicada ao caso concreto ora abordado:

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária, sob a Presidência da Ministra Ellen Gracie, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por maioria de votos, conhecer do mandado de injunção e propor a solução para omissão legislativa com a aplicação da lei nº 7.783, de 238 de junho de 1989, no que couber. MI 670/ES, rel. Min. Gilmar Mendes, 25/10/2007 (MI-670).

Dessa forma, o Tribunal, por maioria dos votos, conheceu o mandado de injunção e propôs a solução para a omissão legislativa com a aplicação da lei nº 7.783/89, e não limitou a decisão apenas à categoria representada pelo sindicato e condições específicas para paralisações.

Assim, tendo em conta que ao legislador não seria dado escolher se concede ou não o direito de greve, podendo tão somente dispor sobre a adequada configuração da sua disciplina, reconheceu-se a necessidade de uma solução obrigatória da perspectiva constitucional. MI 712/PA, rel. Min. Eros Grau, 25.10.2007 (MI-712).

Conforme salientou o Ministro Eros Grau, não caberia ao legislador uma discricionariedade a respeito da regularização das normas de eficácia limitada, cabendo tão somente obedecer ao que foi estipulado pelo constituinte originário.

VI – Considerações finais

A falta de uma norma regulamentadora de direito configura sim a denominada violência jurídica sob a ótica da Síndrome da Inefetividade das Normas Constitucionais e analisando a omissão legislativa como uma violação, que na verdade é uma espécie de violência. Tem-se pelo caso concreto apresentado que o direito de greve é um direito fundamental, de cunho social garantido constitucionalmente a todos os trabalhadores, sejam empregados (art. 9º, CF/88) sejam servidores públicos (CF/88, art. 37, VII).

A Lei n. 7.783/89 regulamentou o art. 9º da CF, mas a regulamentação do art. 37, inciso VII, ainda está pendente, pois, não foi objeto de lei específica até os dias de hoje. A quase total omissão legislativa referente ao direito de greve do servidor público não pode violar o pleno exercício desse direito fundamental, motivo pelo qual, tal lacuna deve ser preenchida pela Lei n. 7.783/89, até que sobrevenha a lei específica a que se refere o art. 37, VII da CF/88.

Enquanto não ocorrer tal regulamentação caberá ao Poder Judiciário, Supremo Tribunal Federal, tratar do assunto enquanto o Congresso não legisla. Torna-se, portanto, necessária uma maior efetividade do Estado, produção legislativa, pois os trabalhadores do setor público ficam desamparados em face da violência jurídica cometida pelo legislador, que, sabendo do grande problema que esta omissão acarreta, continua indiferente à regulamentação da norma.

A violência jurídica passa a ser cometida de forma consciente pelo legislador, que acaba acarretando uma sucessão de violências, oriundas da omissão em regulamentar um direito previsto constitucionalmente. Diante disso, tem-se violado a continuidade dos serviços públicos gerando insatisfação, transtornos, assaltos e prisões, configurando assim a violência generalizada.

Portanto, enquanto não houver a devida regulamentação do direito de greve a sociedade continuará sendo ferida nos seus direitos, ferindo a dignidade da pessoa humana, através do que Lenza denominou como Síndrome da Inefetividade das Normas Constitucionais.

Referências

BRASIL. Código Civil (2002). **Novo Código Civil**. Lei n. 10.406, de 10.01.2002 - DOU 1 de 11.01.2002.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988.

_____. **Lei n. 7.783, de 28 de junho de 1989**. Dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional**. 6. ed. Coimbra: Livraria Almedina, 1993.

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 14. impressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, s/d.

GASPARINI, Diógenes. **Direito Administrativo**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

GILMAR, Ferreira Mendes; INOCÊNCIO, Martires Coelho; PAULO, Gustavo Gonet Branco. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2010.

HOUAISS, Antonio. **Dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: 2009.
Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=jurisprudenciaOmissaoInconstitucional>>. Acesso em: 20 maio 2012.

KELSEN, Hans. **Teoria pura do Direito**. Trad. João Baptista Machado. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional esquematizado**. 11. ed. São Paulo: Método, 2006.

PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. **Direito Administrativo**. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

SILVA, De P. e **Vocabulário jurídico**. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional positivo**. 27. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.